

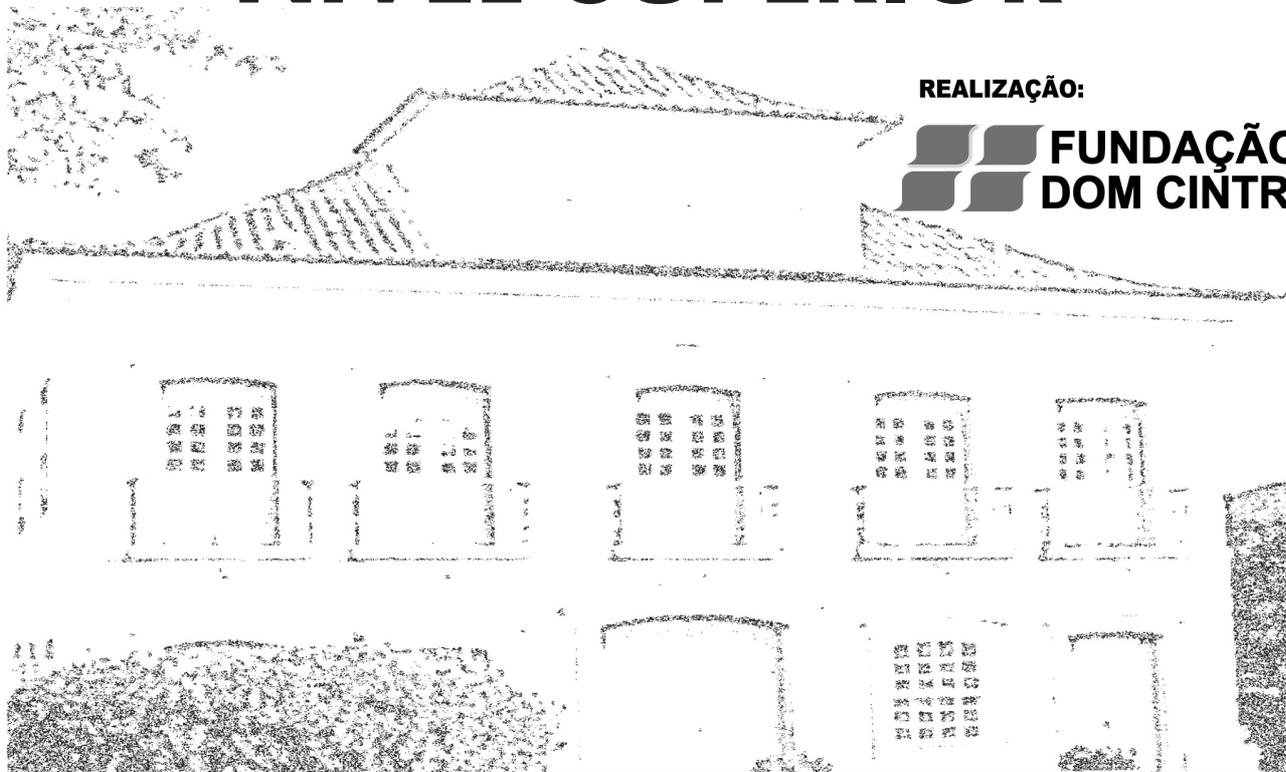
Caderno de Questões



Itaboraí
PREFEITURA

Um novo tempo já começou

ADVOGADO DO MUNICÍPIO I NÍVEL SUPERIOR



REALIZAÇÃO:



**FUNDAÇÃO
DOM CINTRA**

15.01.2012 - TARDE

GRUPO 1

DIREITO: ADMINISTRATIVO; CONSTITUCIONAL; PROCESSO CIVIL

- 01.** Considere um aviso de edital de licitação que deixou de ser publicado no Diário Oficial, descumprindo o procedimento previsto na Lei 8666/93. Nesta hipótese, a retirada do ato deve se dar por:
- A) renúncia
 - B) revogação
 - C) invalidação
 - D) caducidade
 - E) desaparecimento do objeto
- 02.** Dentre as formas de provimento derivado em cargo público, a forma recepcionada pela Constituição de 1988 foi:
- A) o acesso
 - B) a readmissão
 - C) a exoneração
 - D) a transposição
 - E) a reversão voluntária
- 03.** O Banco Central do Brasil é constituído na forma da seguinte pessoa jurídica:
- A) sociedade de economia mista
 - B) ente de cooperação
 - C) organização social
 - D) empresa pública
 - E) autarquia
- 04.** O aviso de licitação publicado conterà a indicação do local em que os interessados poderão ler e obter o texto integral do edital e todas as informações sobre o certame. O prazo mínimo até o recebimento das propostas ou até a realização do evento, quando se tratar de concorrência do tipo “melhor técnica” equivalerá, em dias, a:
- A) 45
 - B) 30
 - C) 20
 - D) 15
 - E) 5
- 05.** Excetuados os casos de contratação dispensada em razão do valor, figura como hipótese que fundamenta tanto a dispensa quanto a inexigibilidade de licitação a necessidade de se promover contratação para:
- A) trabalho de profissional de qualquer setor artístico
 - B) associação de portadores de deficiência física
 - C) serviços de abastecimento de navios
 - D) restauração de obras de arte
 - E) impressão dos diários oficiais
- 06.** A fase externa do pregão será iniciada com o seguinte procedimento:
- A) entrega dos envelopes de objeto e preço
 - B) convocação dos interessados
 - C) habilitação dos participantes
 - D) classificação das propostas
 - E) abertura da sessão
- 07.** Ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos caso não sejam convocados para a contratação dentro do seguinte prazo máximo, em dias, contado da data da entrega das propostas:
- A) 120
 - B) 90
 - C) 60
 - D) 45
 - E) 30
- 08.** A desapropriação para fins de necessidade ou utilidade pública deverá efetivar-se mediante acordo ou intentar-se judicialmente, dentro de certo prazo, contado da data da expedição do respectivo decreto. O prazo fixado pela legislação corresponde, em anos, a até:
- A) 8
 - B) 5
 - C) 4
 - D) 3
 - E) 2
- 09.** É condição de elegibilidade para o mandato de Prefeito a idade mínima, em anos, de:
- A) 35
 - B) 30
 - C) 25
 - D) 21
 - E) 18
- 10.** A fusão de municípios, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, dependerá de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, e dependerá de lei da seguinte esfera:
- A) federal
 - B) estadual
 - C) distrital
 - D) territorial
 - E) municipal
- 11.** O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário. Cada Estado e o Distrito Federal elegerão o seguinte número de Senadores:
- A) 1
 - B) 2
 - C) 3
 - D) 4
 - E) 5
- 12.** NÃO será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente à abolição de:
- A) eficácia de título executivo das decisões dos Tribunais Judiciais e de Contas
 - B) organização e funcionamento do Conselho de Defesa Nacional
 - C) convocação extraordinária e especial do Congresso Nacional
 - D) alteração da organização e da divisão judiciárias
 - E) direitos e garantias individuais

13. Os tribunais somente poderão declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público por meio da seguinte maioria:
- absoluta dos presentes ou dos membros do respectivo órgão especial
 - absoluta dos presentes ou dos presentes do respectivo órgão especial
 - absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial
 - simples de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial
 - simples de seus membros ou dos presentes do respectivo órgão especial
14. Os “habeas corpus” decididos em única ou última instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, quando a decisão for denegatória, serão julgados através do seguinte tipo de recurso e perante o seguinte órgão:
- extraordinário / Supremo Tribunal Federal
 - originário / Conselho Nacional de Justiça
 - especial / Superior Tribunal de Justiça
 - ordinário / Superior Tribunal de Justiça
 - ordinário / Supremo Tribunal Federal
15. É assegurada participação ao proprietário do solo, na forma e no valor que dispuser a lei, nos resultados provenientes da exploração da seguinte atividade econômica:
- lavra de recursos naturais
 - hidrocarbonetos fluidos
 - minerais nucleares
 - jazidas de petróleo
 - gás natural
16. Pendendo uma causa entre duas ou mais pessoas, o terceiro, que tiver interesse jurídico em que a sentença seja favorável a uma delas, poderá intervir no processo para assisti-la. O pedido do assistente será deferido desde que não haja impugnação dentro do seguinte prazo, em dias:
- 30
 - 20
 - 15
 - 10
 - 5
17. Os atos processuais realizar-se-ão em dias úteis, a partir do seguinte horário da manhã:
- 6 horas
 - 8 horas
 - 9 horas
 - 10 horas
 - 11 horas
18. De acordo com a exata redação do Código de Processo Civil, a nulidade dos atos deve ser alegada na primeira oportunidade em que couber à parte falar nos autos, sob pena de ocorrência de:
- revelia
 - renúncia
 - ineficácia
 - preclusão
 - contumácia
19. Se a parte o requerer e o juiz for competente em razão da matéria e constituir pressuposto necessário para o julgamento da lide, fará a coisa julgada a seguinte hipótese :
- requerimento de liquidação de sentença
 - resolução da questão prejudicial
 - elaboração da memória do cálculo
 - motivo da sentença
 - verdade dos fatos
20. Está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença que, no todo ou em parte, julgar procedente, o seguinte instrumento processual:
- ação condenatória de sociedade de economia mista
 - declaratória negativa de improbidade administrativa
 - ação negatória de paternidade de menor impúbere
 - ação direta de inconstitucionalidade
 - embargos à execução de dívida ativa

GRUPO 2

DIREITO: AMBIENTAL; TRIBUTÁRIO E FINANCEIRO; URBANÍSTICO

21. Pertence aos Municípios o seguinte percentual sobre o produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados no território municipal:
- 50%
 - 40%
 - 30%
 - 25%
 - 35%
22. Os entes federativos divulgarão os montantes de cada um dos tributos arrecadados, os recursos recebidos e a expressão numérica dos critérios de rateio, até o seguinte dia do mês subsequente ao da arrecadação:
- quinto
 - último
 - décimo
 - vigésimo
 - décimo quinto
23. O princípio segundo o qual o orçamento deve conter todas as receitas e despesas da União, de qualquer natureza, procedência ou destino, inclusive as dos fundos, dos empréstimos e dos subsídios, é o da:
- exclusividade orçamentária
 - especialidade do orçamento
 - universalidade do orçamento
 - unidade do orçamento
 - publicidade
24. Figura como causa que suspende a exigibilidade do crédito tributário a:
- remissão
 - moratória
 - transação
 - decadência
 - compensação

25. Figura como causa que exclui o crédito tributário a seguinte hipótese:
- compensação
 - decadência
 - imunidade
 - remissão
 - anistia
26. Somente para atender despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, é permitida a edição de medida provisória sobre a seguinte matéria de cunho financeiro:
- créditos adicionais / suplementares
 - diretrizes orçamentárias
 - crédito extraordinário
 - plano plurianual
 - orçamento
27. A competência do Tribunal de Contas para tutelar o meio ambiente, fixando, para os responsáveis, valor do ressarcimento dos prejuízos causados por dolo ou culpa, é exemplo da seguinte modalidade de fiscalização:
- contábil
 - financeira
 - operacional
 - patrimonial
 - orçamentária
28. O Banco Central do Brasil apresentará, em reunião conjunta das comissões temáticas pertinentes do Congresso Nacional, avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços. Tal apresentação ocorrerá, após o encerramento de cada semestre, no prazo, em dias, de:
- 90
 - 75
 - 60
 - 45
 - 30
29. A repartição dos limites globais com a despesa total com pessoal nos Municípios está prevista no art. 19, III, da Lei de Responsabilidade Fiscal. Esse montante não poderá exceder os seguintes percentuais para o Poder Executivo e para o Poder Legislativo, aí incluído o Tribunal de Contas, respectivamente:
- 50% - 10%
 - 52% - 8%
 - 54% - 6%
 - 55% - 5%
 - 56% - 4%
30. Segundo disposição expressa da Constituição Federal, o meio ambiente ecologicamente equilibrado é bem classificado como:
- dominial
 - dominical
 - de uso especial
 - de uso comum do povo
 - em situação excepcional
31. Proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas é competência da seguinte natureza e dos seguintes entes:
- privativa da União e dos Estados
 - comum entre União e Municípios
 - privativa dos Municípios e da União
 - concorrente entre Estados e Municípios
 - comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios
32. A divisão de gleba em lotes, sem abertura de novas vias de circulação, logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação dos já existentes, corresponde ao instituto do:
- desmembramento
 - alinhamento
 - arruamento
 - loteamento
 - recoo
33. A instituição de diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos, compete a:
- Estados / Municípios
 - União / Estados
 - Municípios
 - Estado
 - União
34. É facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir do proprietário do solo urbano não edificado que promova seu adequado aproveitamento. Caso não o faça, o Município poderá tomar como primeira providência administrativa permitida no texto constitucional:
- desapropriação compulsória
 - parcelamento ou edificação compulsórios
 - cobrança de IPTU progressivo no tempo
 - leilão da área envolvida em hasta pública
 - desapropriação com pagamento de títulos da dívida pública
35. Segundo o Sistema Nacional do Meio Ambiente, o Conselho Nacional do Meio Ambiente é considerado, quanto à natureza de sua atuação, como órgão classificado como:
- central
 - superior
 - executor
 - consultivo
 - seccional
- GRUPO 3**
DIREITO: CIVIL E EMPRESARIAL; TRABALHO E PROCESSO DO TRABALHO; DIREITO E CIDADANIA
36. Segundo regra expressa do Código Civil, a curadoria dos bens do ausente incumbe, inicialmente, à seguinte pessoa:
- pai
 - mãe
 - cônjuge
 - filho mais velho
 - herdeiro testamentário

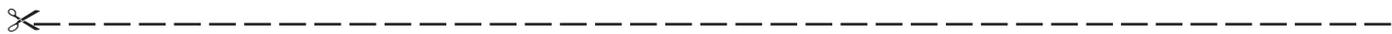
37. Além dos casos expressamente declarados na lei, é anulável o negócio jurídico quando seu agente tiver a idade, em anos, igual a:
- A) 17
B) 15
C) 14
D) 13
E) 11
38. A pretensão dos credores não pagos contra os sócios ou acionistas e os liquidantes, contado o prazo da publicação da ata de encerramento da liquidação da sociedade, prescreve no prazo de:
- A) 5 anos
B) 4 anos
C) 3 anos
D) 2 anos
E) 1 ano
39. O pagamento feito de boa-fé ao credor putativo, provado depois que não era credor, é considerado pela lei civil como:
- A) nulo
B) válido
C) ineficaz
D) anulável
E) inexistente
40. O adquirente, que não detinha a posse do bem móvel, decai do direito de obter a redibição ou abatimento no preço, diante da existência de vício conhecido de imediato, no prazo máximo, em dias, correspondente a:
- A) 10
B) 15
C) 20
D) 30
E) 60
41. De acordo com texto expresso da lei, o endosso parcial realizado no título de crédito à ordem é considerado:
- A) insuficiente
B) anulável
C) válido
D) eficaz
E) nulo
42. Nas sociedades por cotas de responsabilidade limitada, a designação de administradores não sócios, após a integralização, dependerá da aprovação dos sócios, pelo seguinte quorum mínimo:
- A) 1/3
B) 2/3
C) 3/4
D) 3/5
E) 4/5
43. Após publicados os atos relativos à incorporação, fusão ou cisão das sociedades, e não tendo havido consignação em pagamento, o credor anterior, por ela prejudicado, poderá promover judicialmente a anulação dos referidos atos, no prazo, em dias, de até:
- A) 180
B) 150
C) 120
D) 90
E) 60
44. Segundo a Consolidação das Leis Trabalhistas, não serão descontadas nem computadas como jornada extraordinária as variações de horário no registro de ponto, observado o limite máximo diário, em minutos, igual a:
- A) 5
B) 10
C) 15
D) 20
E) 30
45. Para fins de contratação, o empregador só poderá exigir do candidato a emprego comprovação de experiência prévia, no mesmo tipo de atividade, pelo tempo máximo de:
- A) 6 meses
B) 9 meses
C) 1 ano
D) 3 anos
E) 5 anos
46. Deverá ser declarada *ex officio*, pelo Juízo Trabalhista, a nulidade fundada em:
- A) contrato de trabalho ilícito
B) representação defeituosa
C) incompetência de foro
D) contratação de menor
E) falta de citação
47. Tal como disposto na CLT, e desconsiderados os suplentes, a Comissão de Conciliação Prévia, instituída no âmbito da empresa, será composta pelo seguinte quantitativo máximo de membros efetivos:
- A) vinte
B) quinze
C) treze
D) dez
E) oito
48. Da decisão proferida em dissídio coletivo que afete empresa de serviço público, ou, em qualquer caso, das proferidas em revisão, poderá recorrer, além dos interessados, a seguinte pessoa:
- A) Presidente do Conselho Nacional de Justiça
B) Corregedor-Geral de Justiça
C) Presidente do Tribunal
D) Advogado-Geral da União
E) Juiz da causa
49. Nenhuma criança poderá viajar para fora da comarca onde reside desacompanhada dos pais ou responsável, sem expressa autorização judicial. A autoridade judiciária poderá, a pedido dos pais ou responsável, conceder autorização válida pelo período máximo de:
- A) um ano
B) dois anos
C) três anos
D) cinco anos
E) dez anos
50. As entidades governamentais de atendimento ao idoso que descumprirem as determinações da Lei 10.741/2003 ficarão sujeitas, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal de seus dirigentes ou prepostos, à seguinte penalidade:
- A) proibição de atendimento a bem do interesse público
B) suspensão parcial do repasse de verbas públicas
C) suspensão total do repasse de verbas públicas
D) fechamento de unidade
E) multa

PROVA DISCURSIVA

Considere a hipótese de o Secretário Municipal de Fazenda de determinado município ter emitido certidão positiva para empresa particular devedora de Imposto Predial e Territorial Urbano e de multas administrativas aplicadas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, face à existência de inscrição em dívida ativa de ambas as modalidades indicadas. Inconformado, o Presidente da referida empresa impetra mandado de segurança indicando no pólo passivo o Município envolvido e solicitando seja emitida nova certidão a fim de que: a) os débitos relativos às multas sejam omitidos da certidão, uma vez que não são provenientes de tributos; b) os débitos de IPTU sejam considerados com exigibilidade suspensa, uma vez que o imóvel objeto da cobrança do imposto já serve como garantia do Juízo; c) seja estipulada pelo Juízo uma indenização por danos morais, uma vez que ocorreu prejuízo à imagem comercial sofrida pela Impetrante.

Como advogado do município, redija a peça de defesa do pólo passivo no referido mandado de segurança, abordando todos os tópicos processuais e de direito material em defesa do Impetrado.

A peça deverá ser redigida com, no máximo, 25 linhas e utilize o verso desta folha como rascunho.



Anote aqui seu gabarito e destaque no pontilhado.

01	<input type="checkbox"/>
02	<input type="checkbox"/>
03	<input type="checkbox"/>
04	<input type="checkbox"/>
05	<input type="checkbox"/>
06	<input type="checkbox"/>
07	<input type="checkbox"/>
08	<input type="checkbox"/>
09	<input type="checkbox"/>
10	<input type="checkbox"/>

11	<input type="checkbox"/>
12	<input type="checkbox"/>
13	<input type="checkbox"/>
14	<input type="checkbox"/>
15	<input type="checkbox"/>
16	<input type="checkbox"/>
17	<input type="checkbox"/>
18	<input type="checkbox"/>
19	<input type="checkbox"/>
20	<input type="checkbox"/>

21	<input type="checkbox"/>
22	<input type="checkbox"/>
23	<input type="checkbox"/>
24	<input type="checkbox"/>
25	<input type="checkbox"/>
26	<input type="checkbox"/>
27	<input type="checkbox"/>
28	<input type="checkbox"/>
29	<input type="checkbox"/>
30	<input type="checkbox"/>

31	<input type="checkbox"/>
32	<input type="checkbox"/>
33	<input type="checkbox"/>
34	<input type="checkbox"/>
35	<input type="checkbox"/>
36	<input type="checkbox"/>
37	<input type="checkbox"/>
38	<input type="checkbox"/>
39	<input type="checkbox"/>
40	<input type="checkbox"/>

41	<input type="checkbox"/>
42	<input type="checkbox"/>
43	<input type="checkbox"/>
44	<input type="checkbox"/>
45	<input type="checkbox"/>
46	<input type="checkbox"/>
47	<input type="checkbox"/>
48	<input type="checkbox"/>
49	<input type="checkbox"/>
50	<input type="checkbox"/>

ATENÇÃO

O **caderno de questões** contém 1 (uma) questão dissertativa e 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha, cada uma com 5 (cinco) alternativas (A,B,C,D,E), organizadas da seguinte forma:

GRUPO 1: de 01 a 20 - *Direito: Administrativo; Constitucional; Processual Civil.* **GRUPO 2: de 21 a 35** - *Direito: Ambiental; Tributário e Financeiro; Urbanístico.* **GRUPO 3: de 36 a 50** - *Direito: Civil e Empresarial; Trabalho e Processo do Trabalho. Direito e Cidadania.*

INSTRUÇÕES

1. A duração da prova é de 4 (quatro) horas , considerando, inclusive, **a transcrição do texto** da peça para o **verso do Cartão de Respostas** e a marcação do cartão de respostas. Faça-a com tranquilidade, mas controle o seu tempo.
2. Ao ser dado o sinal de início da prova verifique se a prova é para o **cargo** para o qual concorre, confira, também, a numeração das questões e a paginação. Qualquer irregularidade, comunique ao fiscal de sala.
3. Verifique, no **Cartão de Respostas**, se seu nome, número de inscrição, identidade e data de nascimento estão corretos. Caso contrário, comunique ao fiscal de sala.
4. O **Caderno de Questões** poderá ser utilizado para anotações e rascunho.
5. Somente a peça transcrita, correspondente à questão dissertativa, e as respostas assinaladas no **Cartão de Respostas** serão objeto de correção.
6. Leia atentamente cada questão e assinale no **Cartão de Respostas** a alternativa que responde corretamente a cada uma delas.
7. Observe as seguintes recomendações relativas ao **Cartão de Respostas**:
 - não haverá substituição por erro do candidato;
 - não deixar de assinar no campo próprio;
 - não pode ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou conter qualquer registro fora dos locais destinados às respostas;
 - a maneira correta de marcação das respostas é cobrir, fortemente, com esferográfica de tinta azul ou preta, o espaço correspondente à letra a ser assinalada;
 - outras formas de marcação diferentes da que foi determinada acima implicarão a rejeição do **Cartão de Respostas**;
 - será atribuída pontuação zero à questão que contiver mais de uma ou nenhuma resposta assinalada, ou que contiver emenda ou rasura.
8. O fiscal não está autorizado a alterar quaisquer dessas instruções.
9. Você só poderá retirar-se da sala após 60 minutos do início da prova.
10. Quaisquer anotações só serão permitidas se feitas no caderno de questões.
11. Você poderá anotar suas respostas em área específica do Caderno de Questões, destacá-la e levar consigo.
12. Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato entregue o **Cartão de Respostas**.
13. Ao terminar a prova, entregue ao fiscal de sala, obrigatoriamente, o **Caderno de Questões** e o **Cartão de Respostas**.

Não esqueça seu documento de identidade.

Boa Prova!